

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.371 - PI (2019/0043235-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : ELIELSON MANOEL DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ELIELSON MANOEL DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí no julgamento do HC n. 0709894-54.2018.818.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, inciso II, c/c art. 14, inciso II, todos do Código Penal (roubo tentado qualificado), à pena de 7 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão em regime inicial semiaberto, negado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. ROUBO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS - NÃO VERIFICADO. DENEGAÇÃO.

1. Desprovida de previsão legal específica, a liminar em sede de habeas corpus reclama a demonstração inequívoca dos requisitos cumulativos das medidas cautelares, quais sejam, o periculum in mora e o fumus boni iuris. Ausentes tais requisitos, a medida liminar deve ser denegada;

2. Presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar, não há dúvidas quanto à correção da aplicação da medida;

3. Ordem denegada em consonância com o parecer ministerial superior (fl. 194).

No presente recurso, alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea. Salienta que a custódia cautelar perdura por mais de 270 dias e que o cárcere se mostra incompatível com o regime inicial fixado na sentença.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de

plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Solicitem-se informações ao juízo de primeiro grau e à autoridade apontada coatora, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, quando for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator